



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 333 - DE 29 DE JANEIRO A 12 DE FEVEREIRO DE 2007 - R\$ 2,00

**Governo de coalizão de Lula lança seu pacote.
Abaixo o PAC pró-capitalista e anti-operário!**

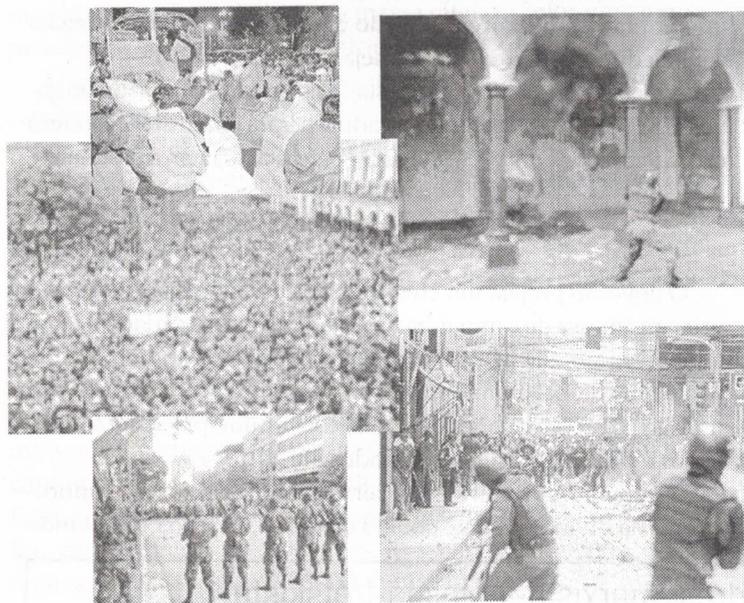


Lula lança seu pacote...



...e já causa protestos

Levante das massas em Cochabamba



**Os governadores atacam e os
funcionários têm de reagir:
Lições da greve do funcionalismo
em Alagoas**



Ocupação da Secretaria da Fazenda

**Manifesto do 9º Congresso do POR:
Construir o Partido Operário Revolucionário**

PAC do governo Lula

Cerimônia

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado com pompa. Compareceram a quase totalidade dos governadores, inúmeros parlamentares, representação partidária, líderes empresariais, burocratas sindicais etc. O acontecimento visou atrair parte da oposição, principalmente do PSDB. A ilustre platéia serviu de vitrine para mostrar as boas intenções do “novo” governo para com a burguesia e para impressionar a classe média.

É função do governo colocar o Estado a serviço do capital.

O Ministro Guido Mantega fez gracejos com o presidente do Banco Central, Henrique Meireles, em torno das taxas de juro. Fato que serviu para mostrar que o governo era favorável à reivindicação do empresariado e se apaziguar com a fração industrial e comercial, que serviu à candidatura de Alckmin.

A publicidade ao PAC se deu sob cálculos políticos. Foi usada para pressionar a oposição do PSDB/PFL a compor com o governo e não inviabilizar o projeto, que terá de ser aprovado no Senado e na Câmara. Assim, a festividade mal escondeu as debilidades do novo governo, que quase não terminou o primeiro mandato.

Desespero

Lula chegou à Presidência em 2002 embalado pela crise do governo PSDB/PFL/PMDB e graças às divisões interburguesas. É claro que apoiado no deslocamento das massas exploradas. Não teve como superar os choques de interesses das frações e sucumbiu no segundo ano de mandato.

Banqueiros, financistas, especuladores e alguns grupos industriais (aço, telecomunicações), ligados ao imperialismo deram-lhe sustentação. A maioria explorada continuou a apoiar o governo assistencialista. Evidenciou-se que a governabilidade não depende apenas do controle das massas e do bloqueio da luta de classe, mas também da luta interburguesa.

Lula manteve sob seus pés o movimento social – incluindo o MST –, mas não pôde unificar os interesses particulares das frações capitalistas. É importante entender que o “novo” governo não tem como se livrar dessa herança e terá de enfrentar uma situação de divisão no interior do Estado mais complicada e que tende a se ampliar. Os velhos problemas emergem com força sob o segundo mandato de Lula.

Não por acaso, vem-se adiando a composição dos Ministérios e novamente a eleição para a presidência da Câmara, que parecia desta vez simples, virou dor de cabeça para o governo. É nesse emaranhado de coisas do passado e do presente que Lula lança seu PAC, como se fosse um grande feito a atender os reclamos da fração industrial e comercial.

Reflete mais desespero frente às pressões dos opositores do que uma calculada mudança na política econômica. O “novo”

governo sabe que precisa aplacar as divergências da fração industrial e comercial para poder governar, mas as condições para atender os reclamos dos descontentes não são favoráveis.

Oposição

Nos dias seguintes ao lançamento do PAC, os derrotados nas eleições deram o tom adverso. O pacote não passava de velhos projetos, o alívio da carga tributária era setorial e insignificante (0,3% do PIB), circunscrevia-se à infra-estrutura, os estados arcariam com perda tributária, as obras escolhidas não contaram com a participação dos governadores e o principal de um plano que era cortar os gastos públicos não comparava como coluna vertebral. Contestaram que o PAC não permite um amplo investimento da iniciativa privada, por meio da Parceria Público Privada (PPP).

As críticas foram se ampliando até à indexação do reajuste salarial do funcionalismo federal e do salário mínimo, apesar de manter o arrocho, a pobreza e a miséria. A Força Sindical (PDT, PSDB) entrou com recurso no Supremo Tribunal contra o uso de recursos do Fundo de Garantia.

O Banco Central teria de dar sua contribuição reduzindo as taxas de juro. Resultado: o Copom reduziu apenas 0,25%. Era o que faltava para a grita geral da oposição, que reúne partidos, organizações empresariais, porta-vozes alugados no mundo acadêmico e jornais.

O governador de São Paulo, José Serra, tomou a frente nas críticas. Depreciou: “O PAC não é um plano de crescimento econômico”. Acusou o governo de estatista, ou seja, de não dar à iniciativa empresarial o leme do PAC. Deu eco aos pleitos dos governadores, que querem tomar parte das decisões, inclusive na escolha das obras (aí residem os interesses das empreiteiras).

É a chance dos governadores, que controlam as bancadas parlamentares, negociarem vantagens tributárias, mecanismos de vinculação orçamentária (o governo federal tem a DRU, querem também o direito de não cumprir as exigências legais com a educação, saúde etc, ou seja, querem a DRE).

A maior parte dos governos estaduais é do PMDB, aliado do governo. A pressão da oligarquia estadual pesará fortemente no centro do poder. A oposição peessedebista e pefelista mantém a crista alta.

Entusiasmo e ceticismo

O governo projeta um crescimento de 4,5% e 5%. Quer cumprir a promessa de campanha destinada ao empresariado e rebater a oposição que acusou o governo de não ter aproveitado as vantagens da economia mundial. Assim, o PAC foi concebido no valor de 503,9 bilhões de Reais, constituído por recursos públicos e privados, a serem aplicados até 2010.

O superávit primário, que serve para pagar juros e amortizações da dívida pública, poderá cair até 3,75% do PIB, estando

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

projetado para 4,25%.

Os setores privilegiados são: construção civil, TV digital, semicondutores, aço e energia. Desoneram-se esses setores de impostos, como IPI, PIS, Cofins e Cide.

Regulamenta-se um teto de reajuste para o funcionalismo e para o salário mínimo; institui-se a complementação privada da previdência dos servidores federais e se cria um Fórum Nacional da Previdência Social.

O entusiasmo do governo reside na esperança de que os empresários dos setores respondam prontamente. E que o funcionalismo aceite passivamente as restrições que sofrerão nos salários e na previdência. Apóia-se também nas previsões otimistas do crescimento mundial de 5%, baixa do preço do petróleo, alta dos valores dos produtos de exportação e superávit na balança comercial.

O ceticismo está com a oposição. Duvida do empenho do empresariado de aplicar R\$ 216,9 bilhões, uma vez que não é segura a fonte de financiamento governamental. Calcula que seria necessária uma taxa de investimento de 25%, quando mal chega aos 20%. O Estado está com sua capacidade de investir ultralimitada (1,5% do PIB), em razão dos gastos com o funcionalismo e com o déficit da previdência. E a empresas se depa-ram com as altas taxas de juros.

Esses são os argumentos da oposição. Conclui que o PAC fracassará no propósito de levar ao crescimento de 5% nos próximos anos, porque o governo não ataca a previdência e o funcionalismo. Altas taxas de juro e câmbio supervalorizado continuarão bloqueando a economia – eis uma das principais refutações de José Serra ao PAC.

As análises e previsões divergentes são parte da luta interburguesa que se dá no interior do Estado. O otimismo e o pessimismo expressam as disputas políticas burguesas e os interesses particulares das frações capitalistas. O governo, os partidos da oposição, os empresários e a burocracia sindical procuram arrastar os explorados para problemas e posições que são dos exploradores.

PAC não responderá à crise estrutural

Não crescer significa expor a crise estrutural do capitalismo e intensificá-la; crescer significa escondê-la, amortecê-la e adiar sua manifestação mais à frente. O Brasil reflete – não de maneira mecânica – a economia mundial. Seu desenvolvimento e limite dependem, em grande medida, do capital financeiro internacional e das multinacionais. Esse capital controla o fluxo de recursos e o mercado mundial. Trata-se de um movimento desigual e ritmo distinto.

A burguesia internacional está dirigida para a China, Índia e países da Europa ocidental porque encontra condições favoráveis para seus negócios. Setores da burguesia brasileira advogam que isso ocorre porque o Brasil não abre sua economia e não flexibiliza seu mercado de trabalho, facilitando as demissões, cortando direitos etc. Poderia fazê-lo sem mudar a essência do problema. Ao contrário, agravaria-o com aumento da exploração das riquezas nacionais.

Os países que hoje recebem a penetração maciça de capitais externos pagarão caro.

Nem políticas protecionistas – o máximo que se pratica é um semiprotecionismo –, nem de abertura podem resolver a contradição fundamental da economia capitalista. Trata-se da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Ou

seja, o domínio dos monopólios e o parasitismo do capital financeiro impossibilitam o livre desenvolvimento das forças produtivas, que já se encontram altamente desenvolvidas e conservam um gigantesco potencial.

Não há país que não esteja em grande parte controlado pelas multinacionais. São elas que determinam os ramos fundamentais da produção e põem limites à política econômica dos governos. O PAC de Lula esbarra neste obstáculo.

O Brasil tem uma dívida que exaure o tesouro. O fato de ter reduzido a dívida externa não mudou a equação, pois esta se incorporou em dívida interna. Os superávits primários que chegaram perto de 5% do PIB e os superávits da balança comercial têm servido para pagar juros de R\$ 150 bilhões. Essa fábula é retirada da economia por meio da alta carga tributária, dos altos juros e dos baixos salários da maioria.

A burguesia é unânime em culpar a previdência, o salário mínimo e a folha de pagamento do funcionalismo. Esses fatores não são entraves para a economia, que exige consumo popular, mas sim a brutal expropriação das finanças do Estado em favor dos banqueiros e aplicadores agiotas. O alto endividamento do Estado é parte da crise estrutural do capitalismo.

O PAC não toca nessa trava. Nesse sentido, expressa a impossibilidade do governo enfrentar minimamente os fatores que sufocam a economia.

Resposta operária

Denunciamos o PAC por servir aos capitalistas, por manter o salário mínimo de fome, por conter a reposição das perdas salariais do funcionalismo e por criar condições para se atacar a previdência.

Dizemos: *abaixo o PAC pró-capitalista e anti-operário!*

Não nos enganarão com o conto do crescimento e da geração de empregos. O movimento operário luta pelo fim de todo desemprego. Nossa bandeira é a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais trabalhadas entre empregados e desempregados, sem redução dos salários).

A tarefa principal é acabar com a miséria de milhões, que mal conseguem comer, se vestir, se tratar. A pobreza e a miséria são outras grandes travas para as forças produtivas. Que nenhuma família de quatro pessoas viva com menos de R\$ 2.500,00 – este é o verdadeiro valor do salário mínimo vital.

Terra aos camponeses. A concentração agrária e a miséria de milhões de camponeses são outras travas. Expropriação sem indenização dos latifúndios.

Previdência: fora com a reforma destruidora. Anulação de todas as reformas dos governos FHC e Lula! Nenhum trabalhador sem previdência, estando empregado ou não.

Frente aos banqueiros e a todo tipo de agiota que sugam as riquezas do País: não pagar a dívida interna e externa, estatizar o sistema financeiro.

As multinacionais controlam a economia: expropriação e estatização.

Não será possível enfrentar a crise estrutural do capitalismo senão com o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Esse programa exige derrubar o poder da burguesia e instaurar um governo operário e camponês – ditadura do proletariado contra a minoria exploradora e espoliadora do País.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê nova reforma da Previdência

Uma das medidas do PAC é a nova reforma da Previdência. Para isso, Lula criou o Fórum Nacional da Previdência Social, nos moldes do Fórum que aprovou o documento patronal de reforma sindical e trabalhista. Ou seja, é composto por representantes do governo, dos empresários e das Centrais Sindicais. O objetivo é elaborar medidas que alterem o funcionamento da previdência, tanto dos trabalhadores da iniciativa privada quanto dos servidores públicos. Foi estabelecido o prazo de seis meses, para que no máximo até o final do ano sejam aprovadas no Congresso.

Por parte do governo, a criação do Fórum permite disciplinar o movimento social, para que não haja resistências à nova reforma previdenciária. A participação das Centrais Sindicais no Fórum cumpre essa tarefa. O exemplo da atuação das Centrais no Fórum Sindical e Trabalhista, de submissão aos ditames do governo e da patronal, lhes deu o aval para que repitam o mesmo. É bom lembrar que o documento consensual sobre a reforma sindical e trabalhista só não foi aprovado no Congresso em função das disputas interburguesas em torno da corrupção que paralisou o Parlamento por mais de seis meses. Caso contrário, as Centrais Sindicais estavam prontas para defendê-lo, mesmo sabendo das conseqüências sobre a vida dos trabalhadores e de suas organizações sindicais.

Lula foi enfático ao dizer que o êxito do PAC depende do crescimento econômico do país e das contas do Estado. A Previdência continua sendo um espinho no calcanhar do governo. Segundo ele, o déficit da Previdência é um mal que tem de ser combatido. Como qualquer governo burguês, o mal está nos aposentados, nos pensionistas e nos doentes do INSS.

O fato é que Lula e a burguesia exigem que os trabalhadores paguem com mais sacrifícios os rombos da Previdência. A assombrosa dívida do sistema previdenciário, cerca de 50 bilhões de reais, nada tem a ver com os trabalhadores, que têm os descontos em folha de salário e quando se aposentam, a grande maioria, não ultrapassa o benefício de 435 reais, pouco mais de um salário mínimo. Não diz respeito a uma massa de trabalhadores que sequer tem o trabalho formal e o desconto previdenciário. Também não se refere aos rurais, porque estes aposentados estão entre os mais pobres do país. O rombo da Previdência está diretamente ligado à corrupção dos governos e dos capitalistas.

Que medidas o governo e os patrões precisam?

Governo e patrões já têm pronto a nova reforma da previdência. As Centrais Sindicais são adornos no Fórum, pois as decisões pertencem aos proprietários dos meios de produção e seus governos. Uma campanha por meio da imprensa, para ganhar a opinião pública, de que o governo tem boas intenções e quer moralizar o sistema, ganhou força nas últimas semanas. As medidas vêm sendo veiculadas e são violentas. Eis algumas delas:

1. determinar uma idade mínima para que os trabalhadores possam pedir a aposentadoria, para o INSS. Hoje, os contribuintes do INSS podem se aposentar pelo tempo de contribuição ou pela idade, desde que assumam o redutor salarial. Na verdade, o governo aumentará a idade para requerer o direito à aposentadoria;

2. nivelar a previdência dos servidores públicos com a dos trabalhadores do INSS, cortando conquistas. Lembrando que a média

das aposentadorias do INSS é de 435 reais e, segundo o governo, a do funcionalismo é de 1.946 reais;

3. reduzir o valor do auxílio-doença;

4. desvincular os benefícios da previdência do salário mínimo. Ao invés de elevar o salário mínimo para o nível que garanta a vida dos aposentados, o governo pretende reajustar muito abaixo da miséria do salário mínimo.

A essência da nova reforma da previdência é limitar a responsabilidade do Estado e reforçar a previdência complementar, por meio dos fundos privados de pensão. Observem que entre as medidas veiculadas não há nada que modifique a sonegação e a corrupção das patronais e dos governos. Os discursos de moralidade são para enganar os tolos.

A reforma da previdência, que vem sendo imposta desde 1998, é um ataque às massas trabalhadoras. As Centrais Sindicais estão mancomunadas com o governo e os patrões e, por isso, não farão nada para derrotá-la. Os trabalhadores, que sentem a brutal exploração e as dificuldades para a obtenção de uma miserável aposentadoria, têm pela frente dois grandes obstáculos: o governo/empresários e a burocracia sindical vendida. A campanha, que parte dos locais de trabalho, deve ser:

1. assembleias gerais para aprovar o caminho da resistência;

2. grandes manifestações de rua para pôr abaixo a reforma da previdência do governo e da patronal.

3. por um único sistema de previdência estatal, sob o controle de trabalhadores. Extinção de todo o sistema privado de previdência, sem nenhuma indenização. Que nenhum aposentado receba menos que o salário mínimo vital, calcu-

Liberdade aos presos políticos do MST!

Foi preso em São Caetano, SP, no último dia 19/01/07, o dirigente do MST Marcelo Buzeto. Está no Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista (SP). Também é mantido preso na Penitenciária de Pinheiros (SP) Benedito Alves (conhecido como Magrão). A prisão de lideranças do MST constitui perseguição política contra a luta pela terra no estado de São Paulo. Foi retomado o Comitê de Libertação dos Presos Políticos, que faz campanha e mobiliza pela libertação de todas as lideranças perseguidas pela justiça e repressão burguesas. A luta contra a repressão e perseguição política é parte da luta pelas reivindicações.

Eleição da presidência da Câmara antecipa crise do governo de coalizão de Lula

A disputa pela presidência da Câmara dos Deputados tem emperrado a formação do governo reeleito de Lula. O atual presidente, Aldo Rebelo (PCdoB), tenta a reeleição contra Arlindo Chinaglia (PT) e Gustavo Fruet (PSDB). Aldo foi lançado com o apoio de Lula, visando à continuidade de um mandato de negociação entre os partidos da base de sustentação do governo. O PMDB, maior partido do parlamento, manteria a presidência do Senado. A consumação dessa "extensão" da reeleição de Lula às mesas do Senado e da Câmara foi agendada como condição para a formação do novo governo de coalizão.

O PT, secundarizado na formação do novo governo, ouviu de Lula que tinha de se adaptar às novas condições políticas impostas pela crise. Não poderia mais ocupar o centro do governo, seus principais postos, como ocorrera no primeiro mandato. Contrapôs-se assim às pressões da burocracia petista, que ansiava pela ocupação dos cargos e controle de fatias do orçamento. Mas os dirigentes petistas não recuaram. Lançaram imediatamente a candidatura de Chinaglia para a disputa com Aldo. Negociaram nos bastidores apoio mútuo com o PMDB (ofereceram apoio para a presidência da Câmara daqui a dois anos). Foram atrás dos descontentes do PSDB e fecharam um acordo concedendo-lhes mais cargos que sua bancada lhes dava direito. De repente, a candidatura do governo estava esvaziada em função da candidatura da burocracia petista, que passou a encarnar a coalizão.

Aldo foi atrás do PFL e obteve apoio. O parceiro opositor do PSDB não vacilou em trai-lo para obter mais espaço nas negociações da mesa da Câmara. Juntou-se a Aldo também o PSB. Enquanto isso, a composição ao redor de Chinaglia cresceu com apoios de PP, PR (PL+PRONA), PTB e PSC.

A cúpula do PSDB, insatisfeita com a submissão à candidatura governista do PT e com o apoio do PFL a Aldo, movimen-

tou-se para lançar uma outra via. Fruet foi lançado pelo PSDB com o propósito de forçar a disputa num segundo turno, a fim de aumentar o poder de barganha do próprio PSDB e dos demais partidos na composição da mesa do parlamento, que decide as votações dos projetos do governo e a repartição do orçamento. Numa só tacada, também destruiu a aliança da direção petista com os dissidentes do PSDB, que tiveram de engolir o apoio a Fruet. Obteve apoio do PPS e da deputada Erundina, do PSB, que apóia Aldo.

Na disputa, os candidatos passaram das promessas aos parlamentares (salários ainda mais vultosos, benefícios, liberação de verbas) aos ataques, e destes à influência na composição de blocos dos partidos pequenos. Aldo foi ao PMDB e também prometeu apoio na disputa de 2009, como já tinha feito Chinaglia. Fruet corre atrás de uma reviravolta do PFL.

A crise ao redor da eleição do presidente da Câmara é uma antecipação do que será o governo de crise do segundo mandato de Lula. A disputa entre as frações da burguesia ao redor da partição do orçamento (executada pela Câmara sob a direção da presidência da mesa), as negociações ao redor das votações de medidas governamentais e reformas, a disputa pela indicação de cargos no governo e no parlamento, a maior ou menor influência na repartição dos recursos aos estados e municípios, a recomposição das forças políticas com vistas às eleições municipais de 2008 e presidenciais de 2010 e, principalmente, as rixas ao redor da política econômica e subsídios governamentais incrementarão as disputas interburguesas. Estas se manifestarão como crise no interior do próprio governo de coalizão que compõem. A crise política da burguesia e seus partidos evidencia-se já nos primeiros passos do governo reeleito e de coalizão de Lula.

Crescimento do PIB mundial, com aumento do desemprego e da miséria

Os indicadores econômicos da burguesia demonstram o maior crescimento do PIB mundial nas últimas duas décadas. Porém, não podem esconder a elevação dos índices de desemprego e pobreza no mundo. A contradição entre crescimento e miséria não se trata de uma anomalia, que pode ser corrigida nos marcos do capitalismo. Trata-se da lei de funcionamento do sistema econômico vigente, agudizada na fase imperialista. A alta concentração de riqueza, sob o comando dos monopólios, se choca com a miséria crescente das massas exploradas.

Os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), embora oficiais, revelam que:

195,2 milhões de trabalhadores estão desempregados. Isso significa que é o maior número desde a década de 90.

44% dos que estão desempregados são jovens.

1, 37 bilhão de pessoas que trabalham, 47,4% do total, recebem menos de 2 dólares por dia. São superexplorados e vivem na miséria.

O desemprego na América Latina é superior ao dos anos 90 (8,1%) e maior do que a média mundial, estimada em 6,3%. Sendo que 27,2

milhões recebem menos de um dólar por dia.

O chamado crescimento da economia mundial se fez às custas de quebra de postos de trabalho, redução dos empregos formais, aumento da informalidade e violenta exploração do trabalho. A China em processo acelerado de restauração capitalista, que cresceu mais de 10% no ano de 2006, não fez senão ampliar a contradição inerente do sistema de exploração do trabalho. São milhões de camponeses famintos, de desempregados e outros tantos com salários de fome.

Por todos os continentes, o avanço do desemprego e da pobreza são o retrato da brutal concentração de renda nas mãos de uma minoria. É a demonstração mais evidente da decomposição de uma sistema econômico. Os choques entre a força de trabalho (empregada e desempregada) e os capitalistas tendem a se agravar. A contradição entre as forças produtivas e as relações monopolistas de produção é a raiz da miséria e a causa das revoluções sociais.

Greve dos servidores de Alagoas encurrala o governo recém eleito

Governo ataca os servidores públicos

Seguindo a lógica da maioria dos novos governadores, de quem sem caixa para saldar as dívidas é preciso “sanear as contas do Estado”, em Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), anunciou um pacote de medidas na área fiscal / econômica, por meio de decretos. Dentre elas (decreto 3.555/07), a suspensão o pagamento de reajustes salariais concedidos pelo governo anterior (Luís Abílio / PDT), desde abril de 2006 a todos os servidores públicos (51 mil na ativa e 17 mil aposentados e pensionistas). Com esta medida, os salários do funcionalismo terão o mesmo valor dos salários recebidos antes do último reajuste, isto é, voltam ao patamar de 2005.

As principais áreas afetadas foram a Educação, a Saúde e a da Polícia. No caso dos professores, o aumento implicava 100% de isonomia com outras categorias de servidores com nível superior, sendo que, 20% foram pagos no salário de outubro e 80% seriam pagos agora (salário de dezembro). Quanto aos policiais civis, a maioria perdeu um reajuste de 40% e os policiais militares, 100%.

O governo, que também suspendeu os concursos públicos e nomeações, alega que seus antecessores $\frac{3}{4}$ Ronaldo Lessa e Luís Abílio, ambos do PDT $\frac{3}{4}$ lhe deixaram uma dívida de R\$ 400 milhões, quando a receita média do estado é de R\$ 270 milhões, além da dívida que o estado tem com a União, que chega R\$ 5,5 bilhões (que atualmente negocia com Lula).

Segundo o governador tucano, os reajustes concedidos, diante desta falta de recursos do Estado e da baixa arrecadação, ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Respalhado por este mecanismo, ameaça: ou aceitam os cortes nos salários ou haverá demissões, de cerca de 13 mil servidores.

A crise financeira do estado de Alagoas faz parte de um contexto mais amplo de crises dos diversos estados que, na realidade, refletem a crise do Estado burguês. A tendência é o agravamento. E o caminho é o da ação direta.

Servidores respondem com a combativa greve

A greve geral do funcionalismo em Alagoas, partindo da defesa do salário integral, isto é, do reajuste anteriormente conquistado, tem mostrado que só pela via da mobilização, ocupação e manifestações de ruas podem arrancar suas reivindicações. Porém, as direções burocráticas tentam conter o movimento dentro dos “limites da ordem”.

Inicialmente, a maior parte das direções sindicais deu um ultimato ao governador, usando a greve apenas como ameaça, mas jogando peso na Justiça, ao questionar a “validade jurídica” da suspensão dos aumentos salariais. Os únicos, neste momento, a defenderem a greve como saída foram os policiais civis, os quais, através do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas, alardeavam: “A orientação do sindicato é para os policiais não irem trabalhar, participar dos movimentos de rua, ir para a frente do palácio [sede do governo]. É cruzar os braços”.

No outro extremo estava a Associação dos Oficiais da Polícia Militar de Alagoas e Corpo de Bombeiros que levou os oficiais a recuarem na decisão de aquartelamento, tomada em

assembléia (dia 15/01). Reforçou a luta judicial e as negociatas com o governo, separadas do restante dos servidores. Deu primeiro prazo de 72 horas, depois adiou, adiou e assim se manteve até que, finalmente, fechou acordo com o governo.

Diante da radicalização dos servidores, a direção da CUT em Maceió foi forçada a buscar a unidade do movimento para o enfrentar o governo. Por outro lado, interessava desgastar o governo já que, sua vice-presidente, Lenilda Lima, concorreu ao governo do estado de Alagoas.

Na verdade, a maior parte dos sindicatos aguardava até a noite de 16/01, quando os salários de dezembro do funcionalismo seriam depositados, para se manifestar, alimentavam a ilusão dos servidores na possibilidade do governo pagar o que devia.

A Polícia Civil saiu à frente. Não aguardou o pagamento. Decretou a greve e desafiou o governo: “*Não queremos diálogo com o governo. Só haverá conversa quando ele revogar o decreto*”. De imediato, ocuparam as ruas do centro da capital.

Conforme os servidores públicos receberam os salários confiscados, em 17/01, não havia mais como recuar. As direções sindicais ainda vacilavam, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores em Hospitais que confessou que em reunião com o secretário da saúde “*pedimos que ele brigasse pela categoria, junto ao governador Teotônio Vilela*”. Entretanto, as manifestações realizadas por professores e policiais civis, com o apoio de estudantes e servidores demitidos em governos anteriores, levaram os servidores da saúde e da educação a decidirem pela greve.

No dia 18/01, o movimento grevista ganhou força. Foi realizada assembléia única, que ratificou a greve geral, a qual atinge 70% do funcionalismo em todo o estado. Os servidores ganharam o apoio de trabalhadores rurais de acampamentos de várias regiões e de indígenas, e saíram em passeata tomando as ruas do centro da cidade e ocupando o prédio da Secretaria da Fazenda, onde permaneceram por uma semana, paralisando as atividades e instalando o comando de greve. O governo foi obrigado a chamar uma reunião com os servidores no final do mesmo dia. Porém, não houve acordo, já que ele não recua e os servidores mantinham-se na defesa de seus salários.

No dia seguinte, o governo anunciou o pagamento do reajuste salarial cortado em oito dias, exceto para os professores, que só teriam 20% de seu aumento, e isso sem revogar o decreto. Os grevistas recusaram. O movimento continuava a se fortalecer, sobretudo, por conta da ocupação do prédio da Secretária da Fazenda, que ganhava apoio de outros setores. Em 23/01, conforme o governo pagou para a maioria dos servidores o reajuste descontado, alguns setores do funcionalismo começaram a retornar ao trabalho, como médicos, dentistas e enfermeiros com curso superior.

Certamente, as direções burocráticas iniciaram o desmonte do movimento.

A importância da ocupação da Secretaria da Fazenda

Nesta greve, a ação direta estava materializada principalmente na ocupação da sede da Secretaria da Fazenda. Esta ocu-

pação levou o movimento grevista a atingir um grau superior de organização. Os policiais civis controlavam a entrada e saída de pessoas no prédio, sendo permitido o acesso apenas aos grevistas e jornalistas. Os 10 andares do prédio foram tomados pelos grevistas, membros do MST e de demais movimentos sociais. A rua em frente foi interditada e nela os grevistas se revezavam em permanente vigília.

Temendo a ação dos grevistas, o governo pressionou por meio de uma liminar de reintegração de posse do prédio. Os grevistas responderam a tal mecanismo incendiando pneus na rua e reforçando o número de ocupantes.

O movimento ganhou força com a chegada de caravanas de trabalhadores sem-terra, índios e sem-teto. Ergueram barracas nas calçadas e acamparam na praça que separa os grevistas do palácio do governo. Até então os grevistas diziam que só sairiam dali com a revogação do decreto.

A traição das direções burocráticas

As direções sindicais, parlamentares, membros do governo e a Polícia Militar, no entanto, se reuniam já no dia 21/01 para tentar negociar uma “desocupação pacífica”. As direções, hipocritamente, ainda afirmavam que tudo dependeria da base do funcionalismo.

No dia 24, a reunião do comando de greve, constituído pelas direções sindicais, decidiu que o prédio da Secretaria da Fazenda deveria ser “devolvido” ao governo. O pelego do Sindprev disse: “Queremos mostrar à Justiça que não somos irredutíveis. Estamos dando este voto de confiança, em respeito ao procurador-geral de Justiça... que foi fundamental na última reunião com o governador”. As direções ainda fizeram os servidores de palhaços com suas fa-

mosas teatralizações, como a entrega simbólica de chaves etc.

Ainda mais: estas direções levaram os servidores a acamparem em frente à Assembléia Legislativa, visando a “pressionar” os secretários da Fazenda, do Planejamento e da Administração, a comparecerem a audiência chamada por um deputado petista, para prestarem esclarecimentos sobre a crise do governo e o decreto que prejudica o funcionalismo.

Os burocratas sindicais quebraram a radicalização do movimento.

Que lições podemos tirar?

1. Que os trabalhadores devem usar seus próprios métodos de luta: greve, ocupações, manifestações de rua;
2. Que os governos só ouvem os servidores quando estes paralisam suas atividades e saem às ruas;
3. Que a unidade de funcionalismo é fundamental para ganhar força diante da intransigência do governo;
4. Que as direções burocráticas, só se colocam em greve sob a pressão das bases, que tentam ultrapassá-las;
5. Que a burocracia sindical trabalha nas costas do movimento para impedir sua radicalização e buscar saídas pacíficas (negociadas) com o governo;
6. Que as direções sindicais alimentam ilusões nos organismos próprios do Estado, Parlamento, Justiça etc
7. Que a vitória do movimento depende da construção de frações revolucionárias nos sindicatos e central, dirigidos por burocratas conciliadores;
8. Que a vitória da luta implica na constituição do comando de greve, eleito em assembléia, com caráter revogável e submetido unicamente às decisões de assembléia.

Professores-SP

Carta à Oposição Unificada da Apeoesp

A Corrente Proletária na Educação (POR) considera que é necessário uma atuação mais firme e coletiva de todos os setores que compõem a Oposição à burocracia da Apeoesp. A ação dos governos golpeará mais ainda os empregos, salários e os direitos trabalhistas e a ala majoritária da diretoria do sindicato tende a ser cada vez mais conservadora e pró-governo, o que implicarão respostas contundentes das correntes oposicionistas.

A unidade da oposição só é visível nos momentos de eleições sindicais e, em alguns casos, em plenárias de congressos. Desde que a Oposição Unificada se formou (eleições para a diretoria da Apeoesp-2003) não conseguiu realizar reuniões sistemáticas para que pudesse pôr em prática ações conjuntas contra os governos e seus aliados nos sindicatos. A Oposição tem de modificar essa conduta e se solidificar sob a base da discussão de um programa classista e dos métodos organizativos próprios da democracia sindical.

A Oposição Unificada tinha quatro tarefas: 1) impulsionar a luta contra todas as reformas neoliberais; 2) trabalhar pela unidade dos trabalhadores; 3) derrubar a burocracia pró-governo instalada na Apeoesp; 4) defender e pôr em prática os princípi-

os da democracia operária. Nesses anos, pouco se avançou. A Oposição não conseguiu reunir para debater os problemas. Na maioria das vezes, os materiais (panfletos e cartazes) eram feitos pelos setores majoritários, o que dificultava a relação com as demais correntes.

Nesse momento em que o desemprego, fechamento de escolas/salas, arrocho salarial e destruição de conquistas tocam profundamente os trabalhadores, a Oposição Unificada necessita organizar suas forças para enfrentar os governos e defender conseqüentemente as reivindicações de nossa classe. A iniciativa de fazer um jornal para ser distribuído nas atribuições de aula foi muito importante. Mas o método de uns fazerem e outros distribuírem não fortalece a Oposição. Por isso, está na hora de corrigir. Discutir e aprovar coletivamente, essa é a democracia que defendemos.

A Corrente Proletária considera fundamental que realizemos uma plenária com todos os setores que se reivindicam de Oposição para que possamos dar um salto político e organizativo.

É preciso avançar! Derrotemos as reformas do governo! Lutemos pelo fim da burocratização/estatização dos sindicatos!

Manifesto do IX Congresso do POR

O IX Congresso contou com participação da secção argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O POR argentino contribuiu com um documento sobre a situação política da Argentina. Os documentos de situação internacional e nacional do Brasil e Argentina foram traduzidos pelas secções e discutidos com antecedência.

A situação revolucionária da Bolívia teve um lugar de destaque, constando das teses internacionais. Um folheto com os principais artigos do jornal Massas boliviano foi editado em português. O POR boliviano está profundamente envolvido nos combates deste País, constituindo a força consciente - marxista-leninista-trotskista -, que poderá levar as massas a combaterem a reação pró-imperialista, a superarem o governo burguês de Evo Morales e a protagonizarem a revolução proletária.

Na Argentina e Brasil, a tarefa fundamental consiste em desenvolver nossas correntes embrionárias, transformando-as em poderosos partidos programáticos, enraizados profundamente na classe operária e demais explorados. A assimilação da experiência do POR boliviano e a defesa da revolução na Bolívia são condições essenciais para construirmos as secções do Comitê de Enlace e para melhorar as premissas de reconstrução da IV Internacional.

O IX Congresso transcorreu alicerçado nestas conclusões. Constituiu em mais um marco na tarefa de construção do partido operário revolucionário, que depende da elaboração do programa e da teoria marxista, que exige dedicação, disciplina e consciência coletivas. Somente assim se pode levar adiante o trabalho de organização revolucionária dos explorados.

Enfrentamos uma situação particular na América Latina. A esquerda reformista atua desesperadamente para desviar o curso da luta de classe que se dirige contra o Estado burguês e para salvar a burguesia da derrocada. Alimenta a ilusão das massas no Estado democrático, na via eleitoral e nas possibilidades de medidas nacionalistas, limitadas a algumas fontes de riquezas naturais e a algumas atividades que o Estado pode se encarregar. Mantém as massas miseráveis sob seu controle por meio de migalhas espalhadas pelo assistencialismo burguês.

O imperialismo e a fração interna das burguesias latino-americanas acusam os governos reformistas de remarem contra a correnteza do capitalismo mundial e representarem fator de desestabilização do Estado. Organizam a conspiração para discipliná-lo ou derrotá-los. Os mais insubordinados a alguma regra do imperialismo, como Chaves e Morales, são apontados como governos que constituem risco à democracia.

Na verdade, o capital internacional não admite medidas nacionalistas de estatização e rompimento de seu controle de ramos estratégicos para os negócios. A democracia deve servir sempre e em toda parte aos monopólios.

As massas oprimidas são arrastadas por governos nacional-reformistas acreditando que o desemprego, os baixos salários, a fome, as doenças, o analfabetismo, a discriminação etc serão resolvidos. O reformismo trava assim a organização revolucionária da classe operária e a mantém presa à política burguesa.

A classe capitalista nativa e o imperialismo sabem que tais governos lhe prestam favor, contendo a revolta dos oprimidos, mas a crise estrutural do capitalismo não permite que se coloque qualquer limite ao domínio do capital financeiro e dos monopólios industriais. Os

conflitos entre governos reformistas e as forças pró-imperialistas não podem ser confundidos como se fossem entre a revolução e contra-revolução, entre os interesses dos explorados e dos exploradores, entre a política proletária e a burguesa. Os governos nacionalistas, impotentes, acabarão de joelhos frente às potências, ou cairão sob os ataques da reação, caso a classe operária não tome o poder.

As forças verdadeiramente revolucionárias, comunistas, devem aproveitar as divisões nas fileiras da burguesia, de seu governo, lutando contra a reação imperialista, oligárquica, e trabalhando pela tomada do poder do Estado. É preciso derrotar o reformismo para derrotar o imperialismo e vice-versa.

A luta pela organização independente da classe operária frente aos governos burgueses e pela ação direta das massas é essencial. É com o programa e a tática revolucionários que a vanguarda militante ajudará os explorados a se emanciparem da política burguesa.

O centrismo, por oscilar entre o marxismo e o reformismo, assim se manifesta, hoje, entre as várias tendências que reivindicam indevidamente a IV Internacional e o trotskismo, se mostra incapaz de enfrentar o reformismo justamente por se negar desenvolver o Programa de Transição entre as massas. Via de regra o centrismo se enreda nos métodos da democracia burguesa, comportam-se como eleitoralistas e renunciam à defesa das reivindicações transitórias, ao programa de transição, que une as reivindicações parciais à estratégia da revolução proletária, à destruição da ditadura da minoria burguesa contra a maioria oprimida.

Há evidentemente, mais no Brasil e Argentina, menos na Bolívia, um grande atraso da organização revolucionária do proletariado e da consciência socialista da vanguarda em relação ao estado de putrefação do capitalismo e à conseqüente barbárie. A defesa das reivindicações transitórias e o trabalho sistemático em mobilizar os explorados são condições decisivas para se vencer historicamente esse atraso.

O desemprego, a superexploração e a fome continuam a agravar as condições de existência da maioria e fazer de suas vidas um inferno. Crianças e jovens - filhos de operários e camponeses - desde cedo são mutilados em suas capacidades. São desde cedo mutilados pela miséria.

Os reformistas usam essa situação para se promoverem junto aos trabalhadores. Fazem demagogia com a redução da jornada de trabalho. Mas nada resolvem. O centrismo tende a seguir o reformismo, radicalizando um pouco mais a demagogia.

A reivindicação transitória frente ao desemprego é a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO. Frente à fome: SALÁRIO MÍNIMO VITAL. Frente à expropriação dos salários por meio da inflação: ESCALA MÓVEL DOS SALÁRIOS. Essas bandeiras são parte de um sistema de reivindicações transitórias voltadas a transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

O IX Congresso convoca a classe operária, os camponeses pobres, as camadas pobres da classe média e juventude oprimida a se organizarem em torno do Programa de Transição da IV Internacional, a construir o Partido Operário Revolucionário e reconstruírem o Partido Mundial da Revolução Socialista. O IX Congresso chama os explorados a defenderem a revolução proletária que amadurece na Bolívia e a rechaçarem as trapaças do reformismo burguês.

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

Escola de quadros:

O Partido Operário Revolucionário realizou nos dias 15 e 16 sua escola de quadros. O estudo se concentrou no folheto “A situação Revolucionária na Bolívia sob o governo Evo Morales” e em nossas publicações sobre “concepção marxista de educação”.

Publicamos abaixo as principais conclusões sobre a Bolívia e a política do POR boliviano.

A situação revolucionária na Bolívia sob o governo de Evo Morales

1.A votação no caudilho cocaleiro indígena Evo – não precisamente no MAS, que perdeu as prefeituras (governos) nos departamentos como La Paz e Cochabamba, onde mais votos obteve Evo – é, sem dúvida, uma manifestação elementar do descontentamento popular com a ordem social burguesa vigente e uma manifestação primitiva de reivindicação nacional diante da opressão imperialista. A chegada de Evo ao governo seguramente é acidente de curta duração na medida em que a luta das massas continua e ameaça enfrentá-lo.

2.O governo do MAS é defensor e protetor da grande propriedade privada burguesa e imperialista, por isso está condenado a cair de joelhos diante de seus amos. É um governo defensor do regime de exploração capitalista, do poder dos ricos e das multinacionais, dos que querem fazer algumas reformas sem alterar a estrutura econômica capitalista atrasada do país. Os limites de suas propostas reformistas estão marcados por aquilo que seus amos estão dispostos a conceder e não pode ir mais além. Isso de governar para todos, sem exclusões, é uma declaração de submissão à burguesia e ao imperialismo. É a história de todos os reformistas.

3.O MAS não é partido político. Diz que é um partido camponês, mas a maioria de seus componentes está conformada por elementos carreiristas e ambiciosos da classe média. É um grupo oscilante que se desloca de um ponto a outro, guiado pela possibilidade de conseguir vantagens materiais.

4.O programa do MAS de uma “revolução capitalista andina-amazônica” democrática e pacífica que conclua com a inclusão das nações originárias pela via legal da reforma constitucional na Assembléia Constituinte resume no estéril reformismo pró-burguês do MAS. Não se mudam as relações econômicas com a lei. Ocorre o inverso: instauradas revolucionariamente novas relações de produção, constroem-se novas leis adequadas à realidade.

5.Os ideólogos do capitalismo andino-amazônico sonham em “criar” uma burguesia “originária” industrializante – que teria de ser a que esteja assentada na indústria pesada – de aymaras, quéchuas e guaranis. Aparentemente desconhecem o óbvio de já existirem burgueses indígenas, os que, para desgraça das teorias de Garcia Linera e os indigenistas, se dedicam, da mesma forma que a burguesia branca, a comerciar mercadorias do exterior, explorar matérias-primas e a super-explorar seus irmãos nas manufaturas; as mercadorias saídas delas são resgatadas a baixos preços pelas multinacionais; o burguês é explorador do trabalho de seus operários porque é proprietário dos meios de produção, independentemente de sua origem cultural ou étnica.

6.O destino do governo do MAS é esgotar-se em uma retórica de reivindicação dos direitos das nações originárias oprimidas mas sem capacidade de dar terra ao camponês, salário de acordo com as necessidades da família operária, trabalho ao desempregado, educação e saúde aos filhos dos explorados, soberania ao país manipulado pelos gringos.

7.Na América Latina, o assistencialismo foi praticado pelos governos de direita, feito que se entende, pois, para estes o agente econômico é a burguesia. No caso do governo do MAS é a demonstração de sua incapacidade para industrializar o país. Na realidade, o governo do MAS não quer e não pode recuperar para o Estado os recursos naturais e tampouco converter o Estado em Estado empresário. Não tem capacidade para expulsar as empresas petrolíferas. Diante da falta de capacidade, o recurso mais fácil é dar um bônus em dinheiro, uma maneira de tentar comprar a consciência dos explorados.

8.A medida mais importante do governo Evo Morales é sua “nacionalização” dos hidrocarbonetos no marco do respeito à propriedade privada dos meios de produção e no da permanência das empresas multinacionais. O Estado não tem nenhum

plano nem capacidade para o desenvolvimento energético e industrial do país. Nem a burguesia nacional e nem o Estado têm capacidade econômica para encarar a tarefa de exportar, explorar, industrializar, desenvolver novos poços para impulsionar a economia e a indústria nacionais, utilizando o gás como energia e como base do desenvolvimento nacional. A única alternativa que tem é vender este recurso tão precioso seguindo a demanda do mercado mundial. A inconseqüência do MAS e Evo Morales demonstram que só um governo das massas, isto é, o governo operário-camponês poderá explorar os recursos naturais em benefício dos explorados.

9.A luta dos mineiros assalariados é a luta de todo o país, trata-se do destino da economia nacional e portanto corresponde uma grande mobilização de todos os explorados para obrigar este governo a fortalecer a mineração estatal, o que significa restituir para a Comibol o controle das jazidas mineiras mais importantes, hoje nas mãos da mineração privada (média e grande) e das multinacionais. O problema de Huanuni e de toda mineração em geral precisa de soluções estruturais como o da estatização de toda exploração, produção e comercialização dos minérios, incluída sua industrialização. Tarefa tão titânica não pode fazer um governo anão como é o MAS e menos ainda a burguesia parasitária e entreguista. Por isso é que os explorados deste país devem lutar para construir nosso próprio governo sob a política do proletariado, a única revolucionária nessa época de decadência do sistema capitalista. Nossa luta contra o Estado burguês – para implantar o salário mínimo vital em relação ao preço da cesta familiar, a escala móvel das horas de trabalho (para que ninguém fique desempregado) sem reduzir o salário, a nacionalização sem indenização (expropriação) de todos os recursos naturais e das empresas privadas dos burgueses nativos e imperialistas, assim como a dotação de toda a terra para os camponeses (sob a forma de fazenda coletiva e não

parcelamento que é o que pretende o MAS) - deve conduzir à tomada do poder político e econômico não pela via parlamentar nem pela farsa da constituinte. São os reformistas e a burguesia que ludibriam com a via parlamentar e a constituinte, para se manterem no poder. Ao contrário, é pela ação direta de massas que destruiremos a grande propriedade privada social dos meios de produção, que será de todos nós e de ninguém em particular. Era o que se escutava da própria voz dos mineiros: que a empresa Huanuni era de todos nós e por isso é preciso defendê-la com nossas vidas.

10. A luta dos mineiros assalariados representa a afirmação da propriedade social diante da pequena propriedade privada dos meios de produção, que encarnam os cooperativistas mineiros. As limitações do governo na solução deste e de outros problemas esbarra precisamente em que sua razão de ser é a defesa da propriedade privada em todas as suas formas. Atualmente está empenhado em como conciliar os interesses da propriedade social e das diversas formas da propriedade individual, por isso colocam saídas sempre orientadas a satisfazer os dois extremos dessa disputa. A luta dos mineiros assalariados é a luta de todo o país, trata-se do destino da economia nacional e, portanto, corresponde a uma grande mobilização de todos os explorados para obrigar este governo a fortalecer a mineração estatal, o que significa restituir para a Comibol o controle das jazidas mineiras mais importantes, hoje nas mãos da mineração privada (média e grande) e das multinacionais. A reestruturação da Comibol deve se dar sob o controle operário coletivo para evitar a corrupção do Estado burguês.

11. Não basta só desmascarar a impostura do MAS, é tarefa do momento mobilizar os explorados para recuperar realmente todas as jazidas mineiras das mãos dos sanguessugas, para que os produtos da exploração mineira beneficiem a todo o país. O governo não poderá conseguir semelhante objetivo devido a sua política francamente burguesa: esta tarefa corresponde a um governo verdadeiramente revolucionário de operários e camponeses. Uma verdadeira nacionalização só fará o povo mobilizado, lutando sob a direção política do proletariado. Só a unidade dos explorados expropriará as minas de ouro Pukio Norte e Don Mario, que pertencem ao sanguinário Sánchez de Lozada.

12. O governo masista encontra-se em meio ao choque de dois interesses opostos:

o dos latifundiários por conservar seus latifúndios e o dos explorados do campo para ter um pedaço de terra para sobreviver. A solução para esse problema secular do país passa por uma política revolucionária que consiste em expropriar toda a terra dos novos oportunistas para entregá-las aos explorados do campo em forma de propriedade social (comunitária), de tal modo que não possam ser vendidas nem compradas. Só dessa maneira se superará a miséria e o atraso no campo, colocando a possibilidade da verdadeira maquinização do campo.

13. O problema da terra tem sido de fundamental importância na Bolívia e no continente. A esta altura do desenvolvimento do capitalismo, a revolução proletária herdará como uma das tarefas democráticas que terá de ser resolvida, caso se queira conduzir a sociedade até o comunismo superior.

14. A Assembléia Constituinte não é senão uma cópia do parlamento do Estado burguês boliviano. Como todo parlamento de um Estado burguês é o cenário das lutas entre as distintas frações da burguesia e da pequena-burguesia. Mas por ser um Estado capitalista atrasado e antes de tudo ter um parlamento servil aos interesses do Império, esta disputa se vê refletida no fato de que nenhum dos partidos protestou no parlamento contra a votação dos novos 44 contratos petrolíferos com cerca de 2 mil páginas em menos de cinco minutos. Os enfrentamentos foram reduzidos sobretudo ao problema da terra, o qual está fortemente ligado aos interesses dos capitalistas nativos do oriente do país. A luta na constituinte gira no marco do respeito à propriedade privada e sobretudo ao investimento estrangeiro.

15. Não deixar-se arrastar pela disputa entre governo e oposição direitista em torno da Constituinte. Para os explorados, esta disputa é um disparate. Ambos bandos em disputa coincidem em que não se tocará na base material da ordem social burguesa, isto é, na propriedade privada dos meios de produção. A nova Constituição será, como não poderia ser diferente, uma reedição dos anseios dos explorados, nativos e estrangeiros. Temos assinalado que a sociedade não pode se transformar, se primeiro não se transforma sua estrutura econômica, neste caso a propriedade privada burguesa, fundamento da exploração e opressão burguesas e imperialistas. A disputa governo-oposição se reduz a que uns persistem em manter intacto o es-

quema neoliberal clássico e outros em introduzir-lhe alguns remendos estatistas ou acrescentar-lhe adornos indigenistas, mais simbólicos do que outra coisa. Uns em não fixar limite algum às multinacionais e outros em limitá-las um pouco. Uns em reordenar a propriedade agrícola sem afetar o latifúndio das oligarquias e outros em mantê-la sob controle absoluto dos latifundiários.

16. A disputa entre o governo e a direita não tem nada a ver com os explorados, trata-se de um enfrentamento à margem das massas. Nos momentos em que ambos se acusavam como causadores da destruição do país e da "democracia", em seu intento de dramatizar o enfrentamento, os explorados, fazendo ouvidos surdos à campanha interessada, não abandonaram um só instante a ação direta para resolver seus problemas imediatos. Os explorados estão vivendo um acelerado processo de emancipação das ilusões sobre as possibilidades do governo do MAS e não desembocam na oposição de direita. Guiados pelo instinto e tradição se aferram à ação direta e acabam questionando a vigência da propriedade privada. O grande limite desse processo é que não parece fisicamente a direção revolucionária, ainda que seu programa encarne as aspirações dos explorados. Somente a presença física do POR poderá garantir que o processo que vivemos desemboque na revolução social.

17. O enfrentamento levou muitos analistas a falarem de uma possível "guerra civil", um possível "golpe de Estado" etc. Esquecem que na Bolívia quem decide se há um golpe ou se se muda de governo não são os "políticos" ou empresários "nativos", mas o imperialismo que decidirá dar ou não seu respaldo ao governo do MAS em função de como este consiga frear o descontentamento dos setores populares e de como aplica as receitas neoliberais.

18. A direita é a expressão política da classe dominante que, na medida que tem o controle da propriedade privada, monopoliza o poder ainda que formalmente não esteja no governo. A classe dominante oriental com o poder que tem pode financiar cabildos multitudinários e penetrar no campo com a finalidade de debilitar o governo burguês reformista. Derrotar a direita (latifundiários, banqueiros, empresários) arrancando pela força sua grande propriedade privada para transformá-la em propriedade social, que, administrada por operários e camponeses, liquidará o atraso e a miséria.

19. A revolução social será cumprida pelas massas de oprimidos e explorados, isto é, pela maioria nacional. Essa maioria será conduzida pelo proletariado. A classe operária se realizará ao impor a propriedade social. Da revolução social, surgirá o governo operário-camponês. Este governo trabalhará na construção da sociedade comunista. A culminação da sociedade comunista do futuro não poderá dar-se dentro das fronteiras de um país, senão no plano internacional. A teoria e a experiência ensinam que unicamente o Partido Operá-

rio Revolucionário, que conhece o país, que tem revelado as leis de seu desenvolvimento, que tem dirigido as massas até as portas do poder (Assembléia Popular), tem capacidade de dirigi-las rumo ao governo operário e camponês. Nesse momento, a tarefa fundamental é a de organizar, politizar e mobilizar o proletariado, as massas oprimidas e exploradas, as nacionalidades e etnias camponesas, rumo à conquista do poder. A tarefa exige desenvolver uma política independente da classe operária. Nem com os burgueses reformistas do MAS, nem com a

direita reacionária! Nossa emancipação se conquistará com a revolução social e a instauração do socialismo.

20. Fazer a revolução social; somente pela força esmagaremos a direita que conspira; deixaremos de ser colônia ianque e imporemos o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado (ditadura da maioria explorada).

Estatizar todos os meios de produção! Revolução e ditadura proletárias! Morra constituinte miserável! Morra a direita reacionária! Abaixo o governo incapaz de Evo!

Concepção marxista da educação

O estudo sobre concepção marxista de educação contou com textos de Marx, Lenin, Trotsky e Guillermo Lora.

Publicamos abaixo as principais conclusões sobre esse tema:

1. O capitalismo, quando surge, expropria o pequeno proprietário, o artesão e o camponês parcelário e os reduz a força de trabalho. Os meios de produção são acumulados nas mãos da burguesia. A essência do capitalismo consiste na separação da força de trabalho dos meios de produção. Não pode existir sem essa separação.

2. A separação entre os meios de produção (máquinas, propriedade da terra, transporte etc) e a força de trabalho, encarnada pelo proletariado, leva à separação entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e trabalho manual.

3. O capitalismo condena a força de trabalho à atividade manual por toda a vida. O proletariado tem de trabalhar manualmente até perder a capacidade de pensar pela monotonia de sua atividade apegado à máquina, pela divisão da produção, pela especialização do operário. O dono dos meios de produção (a burguesia) tem de organizar e planificar o funcionamento das empresas e tem de planificar o funcionamento do Estado, que é o instrumento para manter a exploração e a opressão das massas. Cria uma camada de tecnocratas, de especialistas no manejo político e na fabricação da opinião pública etc. Isto é, sua atividade básica vai ser a criação de uma ideologia e de uma política que vai impor à sociedade, através da escola, da imprensa etc. Dessa maneira, entrelaçam-se as classes opostas, fenômeno social que expressa a contradição fundamental que se encontra na estrutura econômica da sociedade (contradição entre forças produtivas e relações de produção, e a relação que as classes têm com os meios de produção e o lugar que ocupam na produção).

4. O capitalismo não destrói unicamente a natureza, mas desumaniza o homem,

não somente o proletariado por impedir-lhe de pensar, de fazer teoria, mas o próprio burguês, ao privá-lo da atividade física. Opõe-se ao desenvolvimento da individualidade, das aptidões pessoais. Onde o homem pode descobrir que possui aptidões? Somente na produção social, trabalhando com as mãos em todos os setores da economia.

5. A burguesia quando surgiu era revolucionária, tomou a educação e a transformou radicalmente. Expulsou o clero, elevou o ensino ao mais elevado nível do desenvolvimento alcançado pela ciência e levou o alfabeto a todos os rincões, universalizou-o. Não para libertar o homem, mas sim para explorá-lo melhor. Desde o primeiro momento, se desumaniza, porque se assenta na obrigatória separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Agora, a burguesia é reacionária. A crise econômica demonstra que já não pode impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. A necessidade de lucros das multinacionais precipita uma crise de superprodução num mundo de famintos. Por isso, é reacionária e por ser reacionária destrói toda a obra da educação anterior. Já não propõe a escola e o ensino laico, universal, estatal e gratuito, mas cede às pressões das multinacionais e procura levar a escola para a sua privatização.

6. Se a raiz da crise da educação é a separação entre trabalho manual e intelectual; a salvação da educação, a contribuição à formação do homem novo, do homem humanizado, com capacidade para acumular com suas mãos os materiais para a criação teórica e depois assimilar essa experiência, de maneira crítica e assim elaborar idéias que serão provadas também na prática da produção, somente pode se dar substituindo

do a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção pela social, o que significa destruir a sociedade capitalista, consumir a revolução social e pôr em pé a ditadura do proletariado. Trata-se de resolver a contradição fundamental sobre a qual está assentada essa sociedade e que se expressa nesse instante na produção social e apropriação individual. A fusão do trabalho manual e do trabalho intelectual só será possível se se transformar radicalmente essa sociedade e se imperar a propriedade (apropriação) social.

7. A educação é filha e instrumento da sociedade, mas de uma sociedade dividida em classes antagônicas, com interesses materiais diferentes. É um instrumento da classe dominante, que procura impor sua ideologia e formar a força de trabalho. Nesse momento, procura dirigir a escola diretamente, por meio do empresariado. Propor a fusão entre teoria e prática como base da educação, é defender a transformação radical da sociedade. Não só defendemos a escola, a universalização, cimentadas no conhecimento da realidade social e material, mas defendemos de maneira concreta a humanização do homem, para que seja possível descobrir suas aptidões individuais e potencialidades. Esse será o homem novo.

Estratégia e tática

8. A transformação verdadeira da educação, a educação nova, não pode se dar nos marcos do capitalismo. Atuamos nesse marco, pensamos, nos movemos, desenvolvemos as tendências políticas e sociais, algumas vezes com olhos para conservar essa sociedade irracional, anti-humana e outras vezes para transformá-la. Reconhe-

cendo que existem problemas culturais, pedagógicos, administrativos, econômicos, há que destacar que estão atados à crise fundamental do ensino de nossa época, da educação dominada pela separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

9. Todos os pedagogos que servem à burguesia, os reformistas, falam em unir teoria e prática. Parece que estamos todos de acordo. Há uma diferença: o conceito que temos dado do trabalho manual, da prática. Referimos à prática para transformar a realidade objetiva e que nesse processo o sujeito também se transforma, isto quer dizer participar da produção social, em todos os setores dela.

10. Mas o que fazemos diante dos problemas imediatos? As massas em geral, incluindo as docentes, se movem por seus interesses do dia a dia, não pela beleza que podemos pintar acerca do socialismo. Para chegar a esta mudança radical da sociedade, há que transformar os estudantes, docentes etc defendendo problemas concretos de cada dia, partindo do atraso dos próprios estudantes, educadores.. para que na luta por conquistar o que necessitam descubram como funciona essa sociedade e o Estado, como funciona a escola e qual é seu verdadeiro objetivo. Essa luta por melhores aulas, por mais recursos, melhores professores etc se liga à perspectiva de impor, de materializar, a divisão do período: uma parte para o trabalho manual outra para o trabalho intelectual.

11. Não temos colocado que a educação tem de ser socialista dentro do capitalismo, mas sim que não pode se transformar radicalmente enquanto existir o capitalismo. Mas agora se deve lutar, por meio das reformas, para que se opere tal transformação no ensino, unida inseparavelmente da transformação social. Propomos resolver a crise educacional pelo único caminho possível, substituir a grande propriedade privada burguesa pela social, para que se permita a união entre teoria e prática.

12. Não colocamos que os estudantes e docentes são parte do proletariado. São parte da classe média, que se move sob a pressão das classes antagônicas –proletariado e burguesia. São ganhos para a política do proletariado nos momentos de tensão na luta de classes. Em situação de normalidade os educadores reproduzem a política burguesa.

13. Defendemos uma política de luta por reformas nessa etapa porque não há outra forma de lutar. E essa luta, essa táti-

ca, a fundimos com nossa finalidade estratégica, que se concretiza em obrigar o Estado capitalista a dividir o período de estudos em um período de trabalho manual e outro para o trabalho teórico. Ao colocar dessa maneira, os estudantes e docentes compreenderão que não é possível a humanização se não superarem sua formação e se não aprenderem conhecer a realidade do mundo e da sociedade.

Nossa Plataforma de luta

O governo Lula assumiu o programa do imperialismo para a educação. Deu continuidade à reforma do ensino traçada pelo Banco Mundial, que tem como essência a redução da responsabilidade do Estado para com a educação pública e o crescimento da privatização. Nossas bandeiras de luta devem ser:

1. Defesa de um único sistema de ensino, laico, público e gratuito, sob o controle de quem estuda e trabalha. A defesa de um único sistema equivale ao fim da coexistência entre o público e o privado. Trata-se de uma bandeira democrática, pois significa lutar contra a discriminação, a seletividade e todas as medidas que separam a existência de uma educação para uma minoria, que pode comprá-la, de outra, que abarca a grande maioria da população. A estatização de toda a educação, que pressupõe a expropriação da rede privada, é democrática porque implica a defesa das mesmas condições aos alunos e acesso a todos nos diferentes níveis de ensino.

2. A vinculação da escola com a produção social. A defesa da unidade entre o fazer e o pensar faz parte da luta por uma nova sociedade. Hoje, a educação se transforma cada vez mais em mercadoria que passa a ser adquirida por aqueles que podem comprá-la. A escola está totalmente divorciada do processo produtivo, distanciada da vida real. Para a maioria pobre, combinar a escola com o trabalho é quase impossível. As contradições são violentas: o que se ensina na escola nada tem a ver com as necessidades reais da maioria explorada; as jornadas de trabalho são estafantes e o medo de perder o emprego empurra a juventude para fora da escola; o elementar do ensino que é a alfabetização não é cumprido plenamente, grande parcela de jovens está condenada ao analfabetismo funcional. Sem dizer da brutal exploração do trabalho, que esgota as capacidades físico e mentais e mutila parcela

de crianças/adolescentes desde a mais tenra idade. A bandeira de combinar os estudos com a produção social deve ser propagandeada por meio da reivindicação de 4 horas na produção e o restante na escola. Deve também estar associada ao combate à superexploração do trabalho de crianças e jovens.

3. Defesa da escala móvel das horas de trabalho e salário mínimo vital. A reforma educacional trouxe fechamento de escolas/salas de aulas, crescendo o desemprego e o subemprego. A defesa da estabilidade a todos os trabalhadores da educação por meio da escala móvel das horas de trabalho se contrapõe às medidas de desemprego, precarização dos contratos de trabalho e de destruição de direitos sociais. Os concursos públicos, que no passado, tiveram uma feição democrática, hoje, revelam-se como instrumento plenos de exclusão de uma massa de docentes. A luta pelo salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base, unifica a maioria explorada contra o salário mínimo de fome do governo e o salário-base dos educadores.

4. Defesa da vida dos aposentados e pensionistas por meio da luta contra a reforma da previdência. Trata-se da bandeira do sistema único de previdência estatal, sob o controle dos trabalhadores; extinção de todas as formas de previdência privadas (expropriação dos fundos pensão); fim das ricas aposentadorias da cúpula do governo, judiciário e militares. Que o salário dos aposentados seja o salário mínimo vital.

5. Defesa das liberdades políticas no interior das escolas. O Estado e o empresariado da educação têm a escola como uma propriedade particular da burguesia. Combatem com mão de ferro a escola como propriedade social (coletiva). Assim, impedem pela lei e pela força que o movimento estudantil e docente se manifestem livremente. Os estudantes secundaristas têm suas vidas controladas de forma a não expressarem a revolta e não elevarem a consciência política. São tratados como incapazes de ter opiniões próprias e desenvolvimento intelectual independente. A vigilância dos professores e diretores sobre a juventude constitui a vigilância do Estado, que não permite que se organize nos grêmios e se manifeste nas assembleias. Faz parte do plataforma da educação a luta por conquistar a independência da juventude oprimida diante dos opressores, rompendo com a ideologia dominante e constituindo organizações próprias (grêmios livres).

Metalúrgicos - ABC

Volkswagen demite trabalhadores e aumenta a jornada de trabalho de 40 para 42 hrs semanais

Muitos trabalhadores morreram lutando em defesa da redução da jornada de trabalho, por melhores salários e condições de trabalho. A jornada de 8 horas existente em várias empresas do país, só foi conquistada devido à coragem e as lutas travadas no passado pelo conjunto dos trabalhadores.

O problema é que, nos últimos anos, os patrões, com apoio das direções sindicais pelegas, têm conseguido impor aos trabalhadores a flexibilização da jornada de trabalho, a redução de salários e direitos. Ano passado, a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC (chapa um), mais uma vez, ajudou a Volks a implantar seu plano de reestruturação e a demitir mais de 3600 trabalhadores na unidade Anchieta e 700 na unidade de Taubaté. Além, de reduzir salários para novos contratados, o acordo permite ainda que a empresa flexibilize a jornada de trabalho, de 36 até 42 horas. Antes a jornada era de 40 horas. Com o acordo que lhe permite demitir e aumentar a jornada em mãos, a Volks não pensou duas vezes e, no mês de janeiro, aumentou a jornada para 42 horas semanais. Às duas horas semanais trabalhadas a mais irão para o banco de horas. Os trabalhadores estão trabalhando mais e não receberão nada por isso.

Com o acordo de banco de horas, agora, os trabalhadores que vierem trabalhar aos finais de semana, além de não receberem nada por isso, ainda terão que pagar o combustível do carro e o almoço, ou seja, os trabalhadores terão que pagar para trabalhar. **Resumo da história:** a Volks demitirá milhares de trabalhadores, aumentará a jornada de trabalho e continuará produzindo mais com menos trabalhadores. Tudo isso porque contou e conta com ajuda dos pelegos, que estão na direção do sindicato (Feijóo e toda chapa um) que, ao invés de organizar os trabalhadores para combater por meio

da ação direta o ataque dos patrões, fazem o contrário. Por exemplo, antes da assembléia em que foi votada a proposta, o presidente do sindicato (Feijóo) mandou todos os representantes da chapa um irem pra dentro da fábrica defender o plano da empresa de demissão e retirada de direitos.

Aqueles que defendem os interesses dos patrões são inimigos dos trabalhadores

Em todas as alas, em todos os setores da fábrica, lá estavam os pelegos da chapa um defendendo o plano de reestruturação da empresa. Na ala 4, o diretor pelego da chapa um, Valdir Rios, no momento em que os trabalhadores, com receio das demissões, perguntavam a ele o que deveria ser feito, ele, ao invés de defender a luta, a greve, a ação direta, ao invés de defender que a direção do sindicato convocasse uma assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC para unificar a luta contra as demissões etc, ao invés de trabalhar para tirar o medo, o receio dos trabalhadores e impulsionar a luta, fazia o contrário, colocava mais medo nos trabalhadores dizendo que, se não aceitassem a proposta da empresa de 3600 demissões, ela iria demitir 6 mil, que a reestruturação era inevitável, que a Volks estava em crise e coisas típicas de um diretor pelego.

É importante lembrar que os companheiros da Oposição chapa 2, que representam as alas 2 e 4, 3 e 13, fizeram assembléias e soltaram jornais apresentando várias razões pelas quais os trabalhadores deveriam rejeitar a proposta da empresa e também a necessidade de organizar uma luta unificada contra as demissões e defender emprego a todos sem nenhuma retirada de direitos. Estamos denunciando aqueles que defenderam a proposta da empresa porque agora que a empresa começou a colocar em prática o acor-

do, demitindo trabalhadores, aumentando a jornada e que por causa disso o ritmo de trabalho aumentou causando vários acidentes, esses mesmos traidores que antes defendiam o acordo começaram a andar nas áreas, fingindo representar os trabalhadores, fazendo discursos demagógicos, para tentar enganar os trabalhadores, como se eles não tivessem defendido e negociado o acordo de demissão. Tudo isso porque em maio vai haver eleições para a comissão de fábrica. Os trabalhadores não devem se deixar enganar por esses traidores.

Diante do ataque que os patrões vem fazendo aos trabalhadores e da traição da direção do sindicato, a tarefa que está colocada é a de construir em todas as alas em todas as empresas as comissões de fábricas independentes, classistas e revolucionárias, para derrotar a direção pelega e resgatar o sindicato como um instrumento de luta. É preciso rejeitar todos os acordos de demissão, terceirização, banco de horas, flexibilização de jornada e salários etc. Estes acordos só favorecem os patrões.

As reivindicações que os trabalhadores devem defender são:

- **Emprego a todos.** Para isso devem defender a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas produzidas entre todos os trabalhadores, sem redução de salários.
- **O controle operário da produção, a expropriação e estatização sem indenização da Volks e de todas as multinacionais e empresas privadas sob o controle dos trabalhadores.**
- **Um sindicato de luta, classista, que defenda as reivindicações vitais dos explorados por meio da ação direta e que tenha como objetivo a luta pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva (destruição do capitalismo e construção do socialismo).**

Nesta edição:

- Lições da Jornada de Cochabamba
- O POR defendeu um órgão de poder e não uma caricatura
- O que é o governo do M.A.S?



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

Lições da Jornada de Cochabamba

I. As limitações do movimento

Desde o início da mobilização (8 de janeiro) até o dia dos enfrentamentos rua (11/1) somente atuam como coluna vertebral os cocaleiros de Chapare e os trabalhadores do campo de Cochabamba, dois setores fortemente controlados pelas direções do MAS. Os bairros, tradicionalmente combativos da cidade como Villa Pagador e toda zona sul não haviam se incorporado; o movimento operário (fabris, construção civil e outros) estão ausentes e os universitários estão em recesso de final de ano; somente os núcleos uristas da FUL e pequenos grupos, sobretudo de jovens radicalizados da cidade, se incorporam contando com zelosa vigilância dos dirigentes camponeses do MAS, que não querem a má influência dos “infiltrados”.

II. Os Fatos

As direções camponesas e a burocracia sindical iniciam a mobilização com mesquinhos e limitados objetivos políticos definidos pelo Palácio do Governo. A consigna central é a “renúncia de Reyes Villa” de sua condição de governador do Departamento. Os mobilizados têm a instrução de não abandonar a cidade até alcançar o objetivo, a instrução é protagonizar marchas pacíficas e instalar uma massiva vigilância na Praça 14 de setembro para cercar a sede do governo e inviabilizar seu funcionamento.

O propósito que empurra o governo central a organizar esta mobilização é ter o controle do governo departamental, dos recursos materiais e, sobretudo, ter a sua disposição os cargos para satisfazer as exigências de seus parceiros. Como pode se ver, os objetivos eram muito limitados e vergonhosamente mesquinhos.

Os camponeses, no início, sobretudo influenciados pelos pequenos grupos radicais da cidade, se orientam a romper o marco pacífico que havia sido delineado pelos seus dirigentes e, cada hora que se passa, assumem atitudes mais violentas. Na primeira concentração na Praça 14 de Setembro, produzem-se ameaças de tomada física do local da sede do governo, fato que provoca a intervenção policial com uma descomunal bateria de bombas de gás sobre a multidão concentrada.

A ministra do governo central, com sua habitual lentidão, responsabiliza o inflamado comandante policial pela repres-

são, o destitui do cargo provocando profundo mal-estar na tropa, que decide se retirar a seus quartéis. Os camponeses radicalizados retomam a praça e efetivam o assalto e a queima de uma parte do edifício da prefeitura (sede do governo departamental). Este é o ponto em que a mobilização ultrapassa todo o controle dos dirigentes do MAS e os manifestantes começam a atuar livremente sem que direção alguma possa conter os excessos próprios da ação direta. Os grupos radicais da cidade, sobretudo a direção urista da universidade, soldam-se de maneira natural com a mobilização camponesa.

Nesse momento, surge a necessidade de levantar uma consigna que permita impulsionar a mobilização para objetivos políticos mais amplos e emancipar os manifestantes de suas direções reformistas. Difunde-se amplamente a consigna de “expulsar a Reyes Villa da sede do governo, mas isso não basta; chegou a hora de derrotar a direita acabando com a grande propriedade privada dos meios de produção que é a base de sustentação do poder da classe dominante; acabar com o latifúndio produtivo e improdutivo, nacionalizar toda a mineração nas mãos do imperialismo e da empresa privada nacional, nacionalizar os bancos, a indústria etc”. Esta consigna cala rapidamente nos setores de vanguarda dos camponeses mobilizados e desarma a burocracia sindical, que já não pode conter a violência das massas, ao ponto que pretendem resguardar com a polícia sindical o local da sede do governo.

Por outro lado, a direita se esforça por organizar-se, apoiada no mal-estar da classe média que sente o incômodo da presença camponesa, que provocou dificuldades nos transportes e no comércio. A grande imprensa faz seu papel de gerar uma opinião oposta à mobilização com consignas de defesa da propriedade, do direito de decidir, da democracia etc. Um grupo de 200 pessoas, formado por empregados da sede do governo e aliados do governador, realiza um trajeto ruidoso pela zona norte da cidade e amplas camadas da classe média se somam até conformar uma multidão de 4 a 5 mil manifestantes. O enfrentamento é inevitável. A polícia é acionada e a batalha campal faz dois mortos e mais de uma centena de feridos.

III. Produz-se um salto na consciência dos combatentes

O enfrentamento entre a direita organizada e os campones-

ses permite que estes vejam além dos limitados objetivos que lhes haviam imposto seus dirigentes. Começam a ver sentido na posição porista de acabar com a direita acabando com a propriedade privada. A partir desse momento, a consigna agita a consciência do povo porque, na prática, a luta que se trava nas ruas e contra os K'aras (burgueses brancos) ricos que controlam a grande imprensa e mobilizam enormes recursos materiais para organizar a classe média, armam grupos de choque com facilidade e recebem a ajuda material da empresa privada.

Imediatamente, salta para o primeiro plano a necessidade da organização militar dos combatentes e o problema do armamento.

IV. Cabildo de 12 de Janeiro

Todos partiam da evidência de que o cabildo deveria servir para impulsionar o aprofundamento da mobilização. A grande imprensa sabota a difusão de sua convocatória e a burocracia sindical não faz nenhum esforço para romper o cerco da informação. O cabildo tinha a missão de dar respostas concretas aos problemas que geraram a luta, tais como:

- a) o problema da direção praticamente ausente;
- b) o problema do armamento e a organização militar dos manifestantes

O POR, através da FUL, propõe organizar um governo departamental revolucionário para dirigir a luta e resolver os problemas vitais da cidade como o abastecimento de alimentos, por exemplo. Propõe também pôr em pé as brigadas armadas anti-fascistas para organizar os combatentes. Sobre o armamento das massas, propõe atuar em duas direções: abastecer-se dos elementos indispensáveis para fabricar armas caseiras e convocar a tropa da polícia e do exército a unir-se à luta e abrir os arsenais para armar os combatentes.

Os primeiros oradores, sobretudo o representante da COD e o dirigente estalinista da Federação de Professores urbanos, são vaiados e apedrejados pela massa quando colocaram a suspensão dos bloqueios e a pacificação da luta.

O inexplicável é como, quando os toca falar os caudilhos camponeses defendendo as mesmas idéias que os anteriores (linha previamente planejada a partir do governo central e que se resume na mensagem de Evo Morales) a massa escuta. A idéia central que propalam é que a violência danifica o governo e potencia a direita, portanto, é preciso retomar a luta pacífica no marco da democracia. O cabildo acredita na chantagem.

Recorrem a uma série de mentiras para ludibriar as massas radicalizadas: enganam quando dizem que é necessário suspender o bloqueio de estradas para possibilitar a chegada de mais contingentes do campo; mentem quando dizem que a luta continua até destituir Reyes Villa, mas com mobilizações pacíficas; continuam mentindo quando fazem crer que Evo Morales, capitão geral da polícia e do exército, converteu esses órgãos repressivos do Estado em instrumento de luta dos explorados com o monopólio constitucional de usar legalmente as armas e a violência para acabar com a direita; falsificam com juízo precipitado as resoluções do cabildo porque as massas saem com a idéia de que continuam na luta, enquanto seus diri-

gentes desmontam com diligência a mobilização em todos os setores. Com a finalidade de calar o povo, Leonilda Zurita, senadora do MAS, distribui caminhões de alimentos proporcionados pela Defesa Civil.

V. Reações de Setores de Vanguarda

Os que se incorporaram ao cabildo sob o impulso do enfrentamento do dia anterior percebem que a resolução de suspender os bloqueios de estradas é incoerente e capituladora, quando falta pouco para a destituição de Reyes Villa. As vozes de descontentamento e protesto são cada vez mais francas. Na mesma linha, muitos setores camponeses do Vale consideram impraticável a decisão de concentrá-los indefinidamente na cidade porque não têm capacidade logística de sobreviver. Para eles, a única medida de pressão efetiva é o bloqueio de estradas. Os bloqueios persistem em muitos pontos até as primeiras horas da madrugada do sábado, dia 13, as empresas de transporte coletivo têm de devolver as passagens vendidas.

Outros grupos de camponeses e setores da cidade se desprendem do cabildo para continuar com o assédio aos meios de comunicação e a setores identificados como da direita, pretendem romper o cerco policial posto para proteger as zonas residenciais da cidade etc. Um contingente de camponeses da Ucuireña marcha reivindicando a necessidade da "guerra civil" para acabar com os poderosos e é duramente reprimido pela polícia e o exército. O governo dispõe a militarização da cidade para impedir mais manifestações.

VI. Assimilação crítica da experiência

1. Os camponeses, sobretudo os empregados e cocaleiros, não alcançaram o nível de emancipar-se do governo do MAS; continuam considerando como seu e é a barreira que impede que dêem um salto em sua consciência.

2. O movimento camponês é caudilhista e sua organização é vertical. As decisões não são assumidas em assembleias deliberativas como ocorre com o movimento proletário. "O dirigente sabe o que faz", dizem, a base só tem de obedecer.

3. A ausência física do proletariado e a debilidade orgânica do partido revolucionário impedem o surgimento de uma direção revolucionária que derrote a burocracia camponesa corrompida e materialize, nos fatos, a aliança operária e camponesa.

4. Os camponeses não podem percorrer o mesmo caminho que o proletariado em suas evolução de "classe em si para classe para si", devido a sua relação com a pequena propriedade da terra, sua maneira individual/familiar de produzir e sua forma de vida dispersa no campo.

5. Somente os elementos mais valiosos da vanguarda podem ser educados no programa revolucionário. Estes se transformarão nos dirigentes de sua classe e serão os canais pelos quais a mobilização camponesa se soldará à política revolucionária do proletariado. Trata-se de um fenômeno que só pode materializar-se nos momentos de grande radicalização da luta de classes.

Extraído do Massas boliviano n. 2013, de 19/01/07

A atuação do POR nos acontecimentos de Cochabamba

O POR defendeu um órgão de poder e não uma caricatura

Um dos problemas centrais das jornadas de Cochabamba foi que as massas, em seu processo de emancipação das direções reformistas, não encontram uma direção revolucionária visível, que desse respostas aos problemas que geram a luta e às necessidades da população, que começava a sofrer os rigores do desabastecimento de alimentos e da elevação descomunal de preços dos artigos de consumo.

Como resposta a estes problemas, O POR, por meio da FULurista de San Simon, defendeu no primeiro cabildo a necessidade de que os manifestantes criassem um governo revolucionário departamental (do estado), assentado na ação direta das massas. Abria-se a perspectiva da incorporação, cada vez mais massiva, do movimento operário e dos bairros combativos da cidade, que terminaria neutralizando as limitações dos cocaleiros e trabalhadores do campo, que consideravam ainda o governo do MAS como sendo seu, fato que impede dar um salto na consciência e generalizar os objetivos da luta.

No segundo cabildo, explode a rebelião das massas contra os dirigentes do MAS e a burocracia sindical. Entretanto estes conseguiram desconcentrar os cocaleiros e trabalhadores, que continuavam sendo a coluna vertebral da mobilização. Mas, na Praça, permanecem as camadas radicalizadas de camponeses do Valle e dos bairros da cidade; pressionam os conselheiros

departamentais e exigem que se designe um novo governador; agridem seus dirigentes; soldam-se mais facilmente com as consignas mais radicais. Entretanto, isso ocorre em meio a um grande caos, alguns elementos, sem nenhuma representação social, encabeçados pelos chamados “loucos da praça”, formam um chamado “governo popular da prefeitura”, à margem dos setores em combate; desvirtuando o verdadeiro espírito da posição do POR que, em síntese, buscava um órgão de poder das massas.

A caricatura do “governo popular da prefeitura” provoca boatos ridículos quando na direção aparece um elemento de obscuro passado político, um suposto organizador do EGTK no Chapare, que foi preso por suas atividades supostamente conspirativas e que inexplicavelmente em poucos dias é posto em liberdade. Por aí corre o rumor de que se trata de um provocador a serviço da CIA e dos governos de plantão.

A direção da FUL, oportunamente, se desvinculou de toda responsabilidade política sobre o “o governo popular da prefeitura”. No pronunciamento, explica o verdadeiro sentido da posição de “governo revolucionário departamental”, como órgão de poder das massas, que só pode se dar quando estas estão nas ruas e são donas do destino da população.

Extraído do Massas boliviano n. 2024, de 26/01/07

O que é o governo do M.A.S?

É PRÓ-BURGUÊS, RESPEITA A GRANDE PROPRIEDADE PRIVADA, ISTO É, SERVE AOS RICOS, AOS EXPLORADORES E AO IMPERIALISMO. UM ANO DE GOVERNO COMPROVA ISSO PLENAMENTE.

RECURSOS NATURAIS: Continuam em mãos das multinacionais, agora como “sociais” do Estado burguês. Os trabalhadores, desenganados da farsa do MAS, denunciam que as multinacionais continuam controlando toda a produção de hidrocarboretos.

TERRA: Não se toca no latifúndio. Os grandes proprietários não aceitam a reversão das terras ociosas em seu poder, o governo boneco não pode fazer nada diante da conspiração direitista. A direita o bamboleia a seu gosto. Em Cochabamba, o governo traiu suas bases dobrando-se diante da legalidade, para defender o sátrapa Reyes Villa. Em Achacachi, diante dos ingênuos “Ponchos Vermelhos” armados de quatro fuzis velhos, Evo deixa claro que é privativo do exército preservar a ordem democrática (a lei burguesa) e que eles devem fazer o mesmo.

CONSTITUINTE: Como dizíamos: não serve para nada. A constituição que irá aprovar será reafirmação da constituição burguesa com alguns adornos formais indigenistas, isso se a direita permitir

COCA: Mantém-se a Lei 1008. O líder cocaleiro continua com a política de erradicação dos EUA., já matou dois cocaleiros em Yungas de Vandíola; somente pode elevar de 12 a 20 mil has os cultivos legais.

EDUCAÇÃO: Respeito à educação privada e religiosa, manuseio e abuso da educação pública, atropelo das conquistas sociais e profissionais dos professores, liquidação da autonomia universitária, submissão aos interesses da igreja na educação. Patzi confessou que sua saída do gabinete se deve ao choque com a Igreja. De nada lhe serviu ter-se retratado, arrependido e jurado sua fé no Deus dos opressores.

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES: Miseráveis salários congelados, reajustes ridículos aos professores e para a saúde, não há novos postos de trabalho, o custo de vida sobe. Os patrões continuam pisoteando os direitos dos trabalhadores; um exército de desempregados está sempre disposto a trabalhar em qualquer condição, ainda que seja como escravos.

CAMPONESES INDÍGENAS: Supostamente é seu governo, mas continuam miseráveis e marginalizados como sempre, dispersos na pequena propriedade. Um par de tratores para alguns municípios não muda nada.

A LIÇÃO: A natureza classista de um governo não depende da cor da pele do mandatário, mas de sua atitude diante da propriedade dos meios de produção.

Extraído do Massas boliviano n. 2024, de 26/01/07